
PARTIDOS, ELEIÇÕES E REPRESENTAÇÃO POLÍTICA LOCAL: ANALISANDO A COMPOSIÇÃO DA CÂMARA DE VEREADORES EM DOURADOS (1982-2016)

PARTIDOS, ELECCIONES Y REPRESENTACIÓN POLÍTICA LOCAL: ANÁLISIS DE LA COMPOSICIÓN DEL AYUNTAMIENTO DE DOURADOS (1982-2016)

PARTIES, ELECTIONS AND LOCAL POLITICAL REPRESENTATION: ANALYZING THE COMPOSITION OF THE CITY COUNCIL IN DOURADOS (1982-2016)

Juliel de Oliveira Batista¹

<https://orcid.org/0000-0003-1857-6342>
<http://lattes.cnpq.br/2466565302657438>

Marcos Antônio da Silva²

<https://orcid.org/0000-0003-1196-2814>
<http://lattes.cnpq.br/8590672637571334>

RESUMO: O presente trabalho tem como por objetivo analisar a representação política na Câmara Municipal de Dourados. Dessa forma, realiza um debate bibliográfico, discutindo as principais linhas que compõe o debate sobre o legislativo municipal e a representação política em nível local, analisando vereadores eleitos, e a composição partidária durante o período de 1982-2016. Em seguida, o trabalho apresenta e analisa a votação dos parlamentares eleitos, seus respectivos partidos políticos e as suas bancadas partidárias, demonstrando a relativa mudança e as novas dinâmicas na representação política e no desempenho dos partidos políticos no cenário municipal.

Palavras-chave: Eleições; Partidos; Representação; Poder Legislativo.

Resumen: Este artículo tiene como objetivo analizar la representación política en la Cámara Municipal de Dourados. De esta manera, se realiza un debate bibliográfico, discutiendo las principales líneas que componen el debate sobre la legislatura municipal y la representación política a nivel local, analizando los concejales electos y la composición partidaria durante el período 1982-2016. A continuación, el trabajo presenta y analiza la votación de los parlamentarios electos, sus respectivos partidos políticos y sus bancadas partidarias, demostrando el cambio relativo y la nueva dinámica en la representación política y el desempeño de los partidos políticos en el escenario municipal.

Palabras clave: Elecciones; Partidos; Representación; Poder legislativo.

¹ Mestre em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Email: julielbatista@outlook.com.

² Doutor em Estudos sobre a Integração da América Latina (PROLAM/USP). Professor do Programa de Pós-graduação em Sociologia (PPGS) e do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Email: marcoasilva@ufgd.edu.br.

ABSTRACT: This paper aims to analyze political representation in the Dourados City Council. In this way, it carries out a bibliographic debate, discussing the main lines that make up the debate on the municipal legislature and political representation at the local level, analyzing elected councilors, and the party composition during the period 1982-2016. Then, the paper presents and analyzes the voting of the elected parliamentarians, their respective political parties and their party benches, demonstrating the relative change and the new dynamics in political representation and in the performance of political parties in the municipal scenario. **Keywords:** elections; Parties; Representation; Legislative Power.

INTRODUÇÃO

O Poder Legislativo durante a história brasileira sempre ficou aquém de suas funcionalidades, devido ao forte protagonismo centralizado no chefe do executivo, mas também pela baixa institucionalidade presente nas três esferas do poder legislativo (federal, estadual e municipal). Essa dinâmica passou a ser alterada ao longo das três últimas décadas e, principalmente, nos últimos anos devido ao processo de fortalecimento do poder parlamentar e de maior fiscalização sobre os projetos, votações e a composição partidária dentro dessas instituições.

Dessa forma, é fundamental a compreensão da dinâmica dos parlamentares eleitos, inclusive como se propõe esse trabalho, no que tange ao debate sobre os quadros, a composição partidária e a representação política dos mesmos. No caso desse trabalho, o objetivo central é a análise da representação política no âmbito municipal, considerando os pleitos de 1982 a 2016, em Dourados³, a principal cidade do interior de Mato Grosso do Sul.

Vale destacar que tal debate ainda é recente no contexto brasileiro, porém já existe uma relativa bibliografia que abarca o poder legislativo e a representação política, principalmente no contexto nacional. No entanto, quando debruçamos para uma análise das Câmaras Municipais, verificamos que os debates ainda são esparsos e fragmentados e estão mais centrados nas lideranças políticas e suas carreiras dos políticos, destacando que o legislativo municipal serve como “trampolim” para que os mesmos almejem outros cargos, seja na esfera estadual e federal.

³ Dourados é um município localizado na região Centro-Oeste do país, no estado de Mato Grosso do Sul. A cidade foi fundada em 1935, após a sua emancipação política a Ponta Porã, se tornando um polo no setor do agronegócio. Atualmente, conforme os dados divulgados pelo censo realizado em 2022, Dourados conta com uma população de 243.367, configurando como a segunda cidade mais populosa do estado, e a primeira do interior de Mato Grosso do Sul.

Com isso, para uma análise profunda sobre o legislativo municipal é fundamental uma compreensão da política local, já que ainda existem lacunas importantes sobre a composição partidária e as bancadas que compõe esses espaços políticos. Sendo assim, se debruçar sobre esse tema é também um processo que pode permitir os ajustes institucionais, contribuindo para a visibilização e as possibilidades de aperfeiçoamento das Câmaras Municipais pelo país.

Para isto, foi utilizada uma metodologia que une a compreensão da literatura sobre o legislativo, incorporando debates e contribuições já existentes no que tange aos conceitos de vereança, partidos políticos e bancadas. A partir dessa discussão, se debruça sobre os dados quantitativos levantados nos órgãos eleitorais, o TSE (Tribunal Superior Eleitoral) e TRE (Tribunal Regional Eleitoral), abarcando o período analisado para uma maior compreensão sobre a política desenvolvida na principal cidade do interior do estado.

Diante disto, o trabalho, além da introdução e conclusão, contém duas seções. A primeira discute a literatura acerca do legislativo municipal, partidos e bancadas, relacionando ao sistema político brasileiro. A segunda seção apresenta e analisa os dados eleitorais do Dourados, discutindo a representação política e a constituição das bancadas municipais, os quadros eleitos e o desempenho eleitoral dos partidos políticos.

Câmaras Municipais e a política local: uma análise do poder legislativo e da representação política no âmbito municipal

O debate sobre o legislativo municipal é muito complexo e diverso pois abarca os mais variados contextos e dinâmicas políticas de cada localidade do país e a diversidade regional que impacta a política brasileira. Com 5.571 municípios no Brasil⁴, o debate local acaba se fragmentando pois existe particularidades de cada um dessas localidades e de cada câmara municipal ao redor do país.

Desta forma, para analisar os processos existentes na política local é importante compreender como cada um dos candidatos se apresenta nas eleições e é eleito, ou seja, a dinâmica dos respectivos processos eleitorais. Neste sentido, vale destacar que o modelo de sistema eleitoral adotado no país é o sistema proporcional de lista aberta, e este e outros fatores

⁴ Conforme dados do IBGE, o país possui 5.571 municípios, na qual 73% desses têm entre 10 e 20 mil habitantes, outros 117 têm menos de 2.000 municípios. Além disso, verifica-se que mais da metade da população brasileira vive em 387 municípios, mostrando dessa forma, uma concentração populacional nessas localidades. Além disso, apenas 319 cidades possuem mais de 100.000 habitantes, destacando-se eleitoralmente.

relacionados a campanha eleitoral vão determinar os vencedores. Em tal processo emerge o quociente eleitoral partidário que tende a incidir sobre a representatividade partidária no poder legislativo (federal, estadual e municipal) (Nicolau, 1996; Avelar e Cintra, 2007).

O sistema eleitoral usado no país tem uma particularidade, quando se analisa outros regimes utilizados por outros países, gerando um intenso debate, sobre o seu formato e a dinâmica eleitoral, pois seu formato dificulta a institucionalização dos partidos políticos (Mainwaring, 2001; Mello, 2022) e afeta, conseqüentemente, o poder legislativo em todos os âmbitos (federal, estadual e municipal) também contribuindo para sua fragilização e marginalização, pois:

O sistema eleitoral de representação proporcional com lista aberta, adotado nas eleições brasileiras para a Câmara dos Deputados (e também para as assembleias legislativas e para as câmaras de vereadores), muitas vezes, é criticado por enfraquecer os partidos políticos e o vínculo destes com os eleitores, levando a competição política a girar em torno de personalidades individuais e não de plataformas partidárias (Mancuso *et al.*, 2013, p. 7).

Como pode ser observado, o modelo de representação política enfraquece as instituições políticas e estimula uma política personalista, consagrando nomes conhecidos na política local e culminando em políticos “acomodados”.

Desta forma, a representação proporcional de lista aberta afeta a dinâmica partidária e acentua o caráter personalista da política partidária brasileira, dificultando a institucionalização dos partidos políticos, pois:

(...) como o cargo é preenchido pelo sistema proporcional com “lista aberta” - e não pelo sistema majoritário, como ocorre nos EUA-, os votos obtidos pessoalmente são essenciais para que o candidato fique bem posicionado na lista, o que torna a disputa mais incerta e não fornece vantagens claras ao incumbent (Barreto, 2008, p. 3).

Com isso, observa-se que as eleições, principalmente as municipais, são realizadas com dinâmicas muito particulares, mostrando por exemplo, em que a população toma, de forma ideológica ou não, decisões que realçam a ótica personalista de ocupação dos cargos públicos, minimizando o caráter institucional.

Neste sentido, diversos pesquisadores elencaram, entre os anos de 1990 e 2000, que parte dos estudos sobre a democracia e instituições no Brasil partiam da premissa que a esfera local poderia ser um espaço privilegiado para a atuação dos movimentos sociais, da defesa e da luta por direitos e da emergência de novas formas de fazer política e de novos padrões de relacionamento entre o poder público e sociedade local (D'Avila Filho, 2000; Gurza Lavalle et

al., 2006; Avritzer, 2013).

Assim, desde a Constituição de 1988, os municípios brasileiros passaram a ocupar um lugar importante no cenário político nacional, como elencado por Rocha e D'Avila Filho (2024) que destacam sua importância e autonomia, para a escolha de seus representantes e em sua capacidade de gerir, através da elaboração de suas leis orgânicas, as políticas a serem implementadas na área da saúde, educação e assistência social, dentre outras, pois:

Os municípios também foram beneficiados com a descentralização fiscal, seja pela autoridade para cobrar os próprios impostos e aplicar as receitas resultantes, seja por meio das transferências intergovernamentais. Seu efeito foi o aumento da arrecadação própria e a ampliação da participação dos governos locais nos gastos públicos (Rocha e D'Avila Filho, 2024, p. 3).

Nesse cenário de autonomia dos municípios brasileiros é que podemos compreender o papel fundamental das Câmaras Municipais na gestão das cidades, como sugere Whitaker (1992) e na dinâmica política local, bem como espaço de representação política dos partidos políticos.

No entanto, é importante destacar que, de forma legal e regimental, as câmaras municipais cumprem, pelo menos, quatro funções normativas básicas: fiscalizar, legislar, julgar e administrar, como apontam Rocha e D'Avila Filho (2024). Desta forma, pode-se apontar que é através da política desenvolvida nestas casas legislativas que os principais quadros políticos brasileiros iniciam a sua trajetória e alavancaram suas carreiras políticas nas respectivas prefeituras e em outros âmbitos. Com isso, podemos compreender, que:

Se a Câmara não é um locus que atrai os políticos mais eficientes, nem que estimule carreiras duradouras, onde esses políticos podem adquirir a experiência e o conhecimento necessários para se tornarem melhores servidores públicos, as chances do poder legislativo brasileiro de se tornar um ator central da formulação de políticas são desanimadoras (Leoni, Pereira e Rennó, 2003, p. 2).

Sendo assim, diante do baixo poder atrativo das câmaras, o legislativo municipal acaba se tornando um ambiente de poder e dominação das elites locais que acabam cristalizando determinada forma de atuação e gestão do poder e, principalmente, uma rede subordinada aos grupos e lideranças estaduais ou nacionais, pois:

[...] quando muito, a política municipal e sua dinâmica interna servem como exemplo ilustrativo das redes que vinculam os políticos municipais, estaduais e federais. Isso se deve, em parte, à ideia de que a política municipal é menos relevante para compreender o sistema político de maneira mais ampla, além de ter menor importância do ponto de vista teórico (Lopez, 2004, p. 153).

No entanto, embora sua atração seja limitada é importante salientar que boa parte da elite política surge justamente desse cenário local e as eleições municipais continuam atraindo a atenção dos partidos políticos, pois:

O fato de que boa parte da elite política inicia sua trajetória nas cidades, nas prefeituras e nas câmaras municipais, também realça sua relevância política. As eleições municipais, realizadas a cada quatro anos, de forma separada das eleições gerais, mobilizam os partidos, grupos sociais e cidadãos, ganham espaço na mídia e contribuem para colocar em primeiro plano os problemas e desafios locais (Rocha e D'Avila Filho, 2024, p. 3).

Isto reafirma que as dinâmicas políticas nas cidades possuem impacto direto na vida da população, percebendo as eleições como a possibilidade de melhorar os serviços públicos locais embora também possam revelar e aprofundar problemas relevantes da política brasileira, como o de acentuar a política personalista e as trocas clientelistas, como apontam Lopez e Almeida (2017), Grin (2012) e Rocha e D'Avila Filho (2024), pois:

Há também uma ideia amplamente difundida de que a maior proximidade entre representantes e representados no nível local, ao invés de contribuir para melhorar a qualidade da representação, tende a fomentar o personalismo e as trocas clientelistas entendidas como troca de benefícios particulares por apoio político. Prevalece uma visão dos vereadores como assistencialistas e com pouco preparo para as funções públicas; e dos eleitores, como pessoas mobilizadas para a satisfação de interesses individuais imediatos (Rocha e D'Avila Filho, 2024, p. 4).

Com isso, compreende-se que a representação política e a atividade do vereador deveriam estar voltadas aos interesses de todo o coletivo municipal, cumprindo as importantes funções do poder legislativo local mas, no entanto, o que se vê é uma política, geralmente, clientelista, podendo se caracterizar até como um desvio de função como apontado por Hoyler, Gelape & Silotto (2021).

Esta perspectiva, embora majoritária, é questionada por autores que acreditam que essa atividade mais individualista da coisa pública, entre o eleitor e o vereador, pode ser vista como algo legítimo de sua função enquanto representante da população daquele local e intermediador entre os diversos interesses políticos como apontam Hoyler, Gelape & Silotto (2021).

De todo modo, segundo Souza (2004), as pesquisas sobre o legislativo local, surgidas no final da década de 90, apontam para uma instituição clientelista por excelência e homologadora das decisões do prefeito. Sendo assim, é possível indicar que:

(...) as transferências de recursos individualizados garantem a reeleição dos vereadores e a permanência de um círculo vicioso da política local, regido pelo clientelismo, pelo mandonismo, pelo paternalismo e pela hipertrofia do poder executivo, com relações de dependência político-partidária dos governos locais para com os governos estaduais (Kerbauny, 2005, p. 15).

Diante disto, as cidades brasileiras, prefeituras e câmaras municipais normalmente são vistas, a partir de duas concepções como apontam Boschi (1999) e, principalmente, Rocha e D'ávila Filho (2024), ao afirmar que:

De um lado, aqueles que os creditam ao mandonismo privado das oligarquias locais, epicentro de nossa falta de integração social (Duarte, 1965; Uruguai, 1960; Vianna, 1987); de outro, os que apontam o caráter patrimonialista do Estado brasileiro, seja ele uma herança ou não de nossa colonização, como grande impedimento à constituição da “boa ordem” (Bastos, 1976; Holanda, 1976; Faoro, 1958; Queiróz, 1976). Esses dois olhares irão conformar duas abordagens que resistem ao tempo, ainda que sempre recicladas. Essas distintas formas serão a tônica de análises mais recentes da tradição do pensamento político produzido no Brasil (Carvalho, 1998a, 1998b; Santos, 1978, Vianna, 1991) (Rocha e D'ávila Filho, 2024, p. 3).

Em geral, percebe-se que os legislativos municipais, apresentam uma forte presença de figuras “cacicadas” no ambiente político que tendem a favorecer as trocas junto às suas bases eleitorais, seja do ponto de vista de atender as particularidades que chegam nos seus respectivos gabinetes como agir e atender aos seus próprios interesses.

Sendo assim, a política implementada no contexto local gera um intenso debate entre aqueles que acreditam que essa aproximação entre o vereador e a população é benéfica no contexto democrático e aqueles que enxergam que essa troca de benefícios, tende a colocar o cargo de vereador, apenas como uma figura assistencialista, pois:

Ponderando-se que é legítimo que um vereador ou uma vereadora queiram se eleger e reeleger, uma das formas de se produzir as condições necessárias a esta reeleição será prestar serviços que possam ser recompensados por potenciais eleitores (Rocha e D'ávila Filho, 2024, p. 6).

As funções exercidas pelos vereadores têm regramentos estabelecidos nas normativas constitucionais, bem como as leis orgânicas estabelecidas em cada um dos municípios, desde que não ultrapassem os limites legais. Deste modo, o cargo de vereador, enquanto representante da cidade, garante a autonomia para a gerência dos interesses da população pois:

A despeito das funções regimentais, os municípios possuem determinadas particularidades, em função do regramento federativo, que afetam e constroem a ação dos vereadores. A atual Constituição garante aos municípios a capacidade de se auto-organizar a partir de sua Lei Orgânica, tendo também autonomia legislativa que verse sobre suas peculiaridades; autogovernar-se, através da eleição dos prefeitos e vereadores; autoadministrar-se por meio da gestão de seus negócios, sempre em

consonância com as Constituições Federal e Estadual; e autonomia financeira que permite participar nas receitas estaduais e federais e inserir novos tributos em sua competência (Rocha e D’ávila Filho, 2024, p. 6).

Todo esse debate, acerca do papel dos vereadores e do modo de exercício do mandato, apesar de importante para compreender a política local, deve ser complementado com a análise das estratégias políticas dos partidos e seus impactos na vida da população (Bowler, 1999; Katz, 1986).

Deste modo, é através da composição dos partidos políticos e as bancadas que compõem a instituição que podemos verificar os rumos da política local, em que os vereadores têm um papel central, já que são eles que vão aprovar as medidas na cidade, e os partidos têm uma importância fundamental, pois:

A atuação coesa dos partidos no legislativo é fator importante para a governabilidade e estabilidade das democracias, para a eficiência do processo legislativo e para o bom funcionamento do modelo de “governo partidário responsável (Bowler et al., 1999; Katz, 1986) (Ribeiro, Locatelli & Assis, 2022, p. 1).

Apesar disto, vale observar que, geralmente, os partidos acabam atuando de forma passiva, já que as possibilidades de influência do prefeito e outras lideranças políticas estaduais ou nacionais bem como a possibilidade de migração partidária, apontam para um enfraquecimento desses partidos no cenário institucional local, pois:

(...) os partidos políticos são normalmente observados como unidades de análise genéricas, que respondem de forma passiva e relativamente homogênea a determinado quadro institucional. Enquanto organizações que não se resumem ao grupo parlamentar, o impacto dos partidos políticos no comportamento das bancadas permanece como uma dimensão sub-explorada na literatura – e não apenas sobre o Brasil (Ribeiro, Locatelli & Assis, 2022, p. 2).

Sendo assim, percebe-se que, ao analisar a correlação entre os partidos políticos e a coesão nos momentos de decisões no âmbito da Câmara Municipal, percebe-se que quanto maior a estrutura dessas legendas é mais provável são a coesão nas decisões, atuando como um “time”, pois:

Partidos organizacionalmente coesos, fortes e com laços relevantes de interdependência entre seus principais componentes (filiados, burocracia e eleitos) tendem a exercer maior influência sobre o policy-making) (Ribeiro, Locatelli & Assis, 2022, p. 3).

Isso impacta diretamente o funcionamento institucional da Câmara dos Vereadores já que os arranjos políticos entre os parlamentares impulsionam o debate sobre as atividades do

legislativo e os instrumentos de dinâmica e costura política como elencado por Ávila (2004).

Diante disto, podemos destacar que o debate sobre o poder legislativo municipal é muito relevante e necessita de um maior aprofundamento, devido a sua importância e a diversidade que pode revelar da política local. Além disso, vale observar que alguns elementos parecem se confirmar e reproduzir como o personalismo e o clientelismo dos vereadores, reforçando a baixa institucionalidade das Câmaras Municipais e dos partidos políticos e o fortalecimento das elites políticas locais, pois:

analisando a estruturação da Câmara Municipal de Vila Rica, mostra que, também nesta, é a elite local que toma assento e, para isso, mostra o legado da organização das câmaras municipais em Portugal, cujo modelo foi trazido para o Brasil (Barcellos, 2014, p. 24).

Estes elementos serão confrontados, na próxima sessão, com a representação política em Dourados, a partir da análise dos dados sobre os membros eleitos da Câmara de Vereadores e o desempenho dos partidos políticos e suas respectivas bancadas parlamentares.

A Câmara dos Vereadores de Dourados: representação política, bancadas e desempenho eleitoral (1982-2016)

Nos últimos anos, tem se ampliado e diversificado os estudos sobre a política sul-matogrossense, transitando da análise sobre a política em outros momentos históricos e a atuação das elites (Corrêa, 1995; Arruda, 2019; Bittar, 2009) para uma diversidade de estudos e temáticas sobre os mais diversos elementos da política no estado (Miranda, Silva e Miranda, 2019; Silva, 2019), dentre outros, tem se ampliado e diversificado.

A partir disso, é possível destacar que, neste trabalho, a análise da representação política e do desempenho dos partidos na Câmara de Vereadores de Dourados começa pela apresentação dos eleitos dos pleitos e legislaturas que se iniciam em 1982 e segue até 2016.

Neste sentido, podemos apontar que os vereadores eleitos, os partidos e a votação obtida ocorreu da seguinte forma, como destacamos abaixo:

12ª Legislatura (1983–1988)

Quadro 1: 12ª Legislatura (1983–1988): vereadores eleitos, partidos e votos.

Vereadores	Partido Político	Votos
Valdenir Machado	PMDB	1477
Paulo Falcão	PMDB	1356
Ferrinho	PDS	992
Osvaldo Basé	PDS	954
Áureo Garcia	PMDB	907
Albino Mendes	PMDB	859
Nery Azambuja	PMDB	858
Carlos Roberto	PMDB	845
Valdir Perusso	PMDB	813
Erisvaldo Mendonça	PDS	734
Walter Brandão	PDS	715
Mariano Cândido	PDS	708
José Braga	PDS	688
Vitório Pederiva	PDS	683
Antônio Noreci	PDS	676

Fonte: TRE (Elaboração dos autores).

Gráfico 1: Divisão dos partidos políticos na 12ª Legislatura.

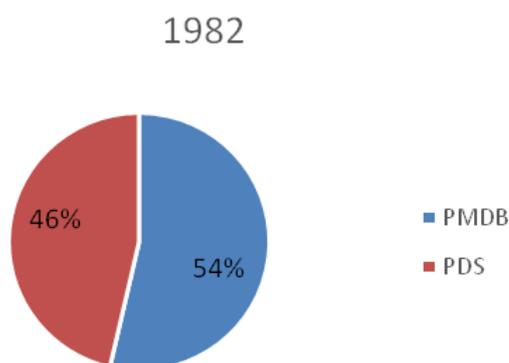
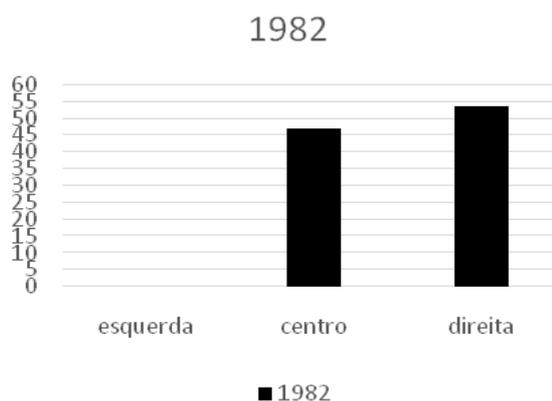


Gráfico 2: Bancada na Câmara na 12ª Legislatura.



Fonte: TRE (Elaboração dos autores).

Como pode ser observado, esta eleição, em pleno processo de transição da ditadura militar, foi marcada pela lógica bipartidária e o predomínio dos dois partidos permitidos durante o regime militar, o PMDB (herdeiro do MDB) e o PDS (herdeiro da ARENA). Diante disto, vale destacar que nenhum partido de esquerda compôs os assentos na câmara municipal.

Apenas dois partidos obtiveram assentos, o PMDB e o PDS, o primeiro com 54% dos vereadores e o segundo com 46% dos vereadores eleitos para o PDS. Tal resultado, em consonância com as eleições em todo o país, demonstra a derrota eleitoral da ditadura, pois:

Nas últimas eleições do período militar (1982), os governadores passaram a ser novamente eleitos pelo voto direto. Apesar da volta do multipartidarismo, com a participação de cinco partidos (PMDB, PDS, PTB, PDT e PT), a legislação eleitoral que regulou o pleito tinha diversos dispositivos que prejudicaram os novos partidos. Estes foram obrigados a apresentar chapas completas para todos os cargos de âmbito estadual (governador, vice-governador, senador e suplentes, deputados federais e estaduais) ou municipal (prefeito, vice-prefeito e vereadores). Além de favorecer os partidos com mais diretórios organizados (PDS e PMDB), tal dispositivo obrigou os novos partidos a deslocarem os nomes dos principais líderes para as eleições majoritárias, nas quais a chance de vitória era mínima. O eleitor foi obrigado a votar em candidatos do mesmo partido para todos os cargos (voto vinculado), as coligações entre os partidos continuaram proibidas e, pela primeira vez desde 1962, foi negada ao eleitor a possibilidade de votar na legenda (Nicolau, 2002, p. 26).

13ª Legislatura (1989-1992)

Nessa legislatura, já no período democrático, o país estava ingressando numa dinâmica multipartidária, em que diversos partidos já podiam colocar seus correligionários na disputa política. Porém, nesta eleição, apenas três partidos conseguiram cadeiras no parlamento municipal: PTB, PFL e PMDB. O PTB teve um forte protagonismo, obtendo a segunda maior bancada municipal, atrás apenas do PMDB, o partido mais forte nesses primeiros anos pós-ditadura militar, vencendo do PFL, novo partido formado de uma cisão no PDS e que possuía muitos quadros oriundos do antigo ARENA.

A seguir, nos quadros e gráfico, pode-se perceber que os partidos de direita e centro obtiveram a maioria dos assentos na câmara municipal, sendo que dois partidos de direita (53,33% dos assentos) e um de centro (46,66% dos assentos), sendo que a esquerda não conseguiu alcançar, novamente, nenhuma cadeira. Desta forma, tal processo se desenvolveu da seguinte forma:

Quadro 2: 13ª Legislatura (1989-1992): vereadores eleitos, partidos e votos.

Vereadores	Partido Político	Votos
Alberto Alves dos Santos	PTB	1315
Lori Alice Gressler	PTB	1233
Francisca Felisbela	PFL	1146
Archimedes Lemes Soares	PTB	1038
Eduardo Laier	PFL	912
Albino Mendes	PMDB	903
Mauro da Cruz Sanchez	PMDB	891
José Carlos Cimatti	PTB	887
Santos Soares de Lima	PMDB	875

Mariano Candido	PTB	869
Ivo Cratiu da Silva	PMDB	845
Carlos Roberto	PMDB	813
Aureo Garcia	PMDB	810
Francisco Moraes	PMDB	761
Frederico Bernardo	PFL	728

Fonte: TRE (Elaboração dos autores).

Gráfico 3: Divisão dos partidos políticos na 13ª Legislatura.

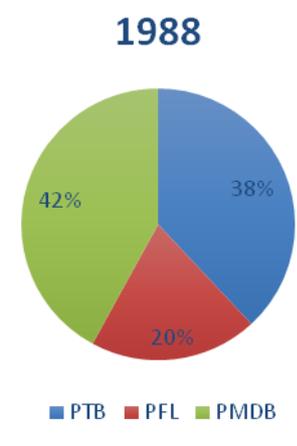
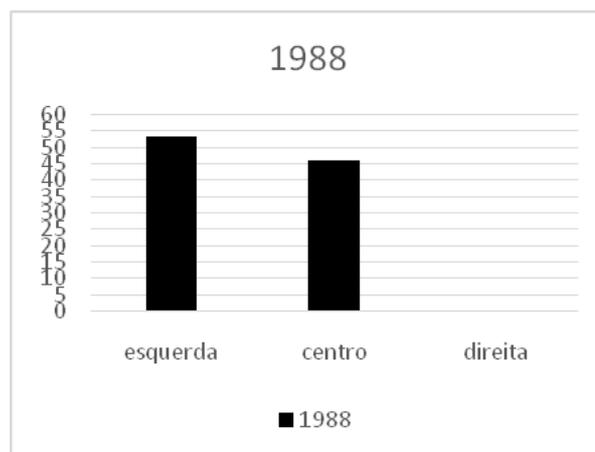


Gráfico 4: Bancada na Câmara na 13ª Legislatura



Fonte: TRE (Elaboração dos autores).

14ª LEGISLATURA (1993-1996)

A composição partidária nessa legislatura foi mais diversificada em termos partidários. Isto porque se na legislatura anterior havia apenas três partidos que compunham a câmara, nesta sete partidos passam a ocupar cadeiras na câmara municipal (PMDB, PSDB, PFL, PMN, PDT, PT e PRN).

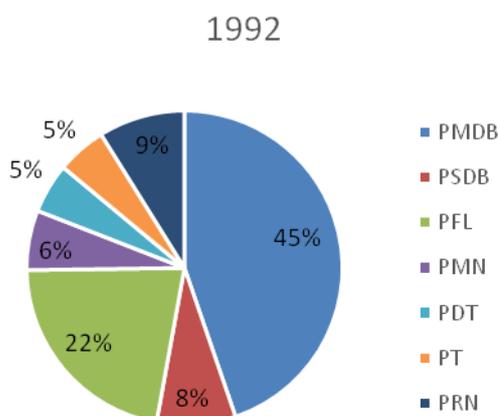
De toda forma, como no período anterior, o PMDB alcançou a maioria dos assentos, embora seja possível destacar a ascensão do recém-criado PSDB, que fica em terceiro lugar. Além disto, vale observar que o PRN conquista duas vagas no legislativo, enquanto o partido do então governador do Mato Grosso do Sul, Pedro Pedrossian, o PTB, acaba não adquirindo nenhum assento. Em termos de espectro ideológico a composição foi distribuída entre o Centro com 52,94%, a Direita com 35,29% e a Esquerda com 11,76%.

Tudo isto pode ser percebido no quadro e gráficos abaixo:

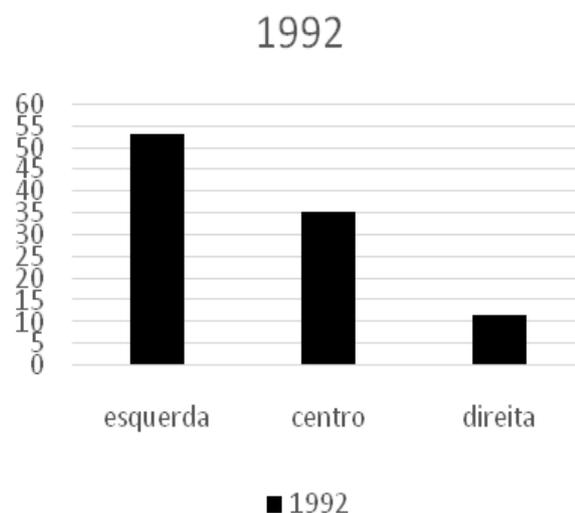
Quadro 3: 14ª Legislatura (1993-1996): vereadores eleitos, partidos e votos.

Vereadores	Partido Político	Votos
Péricles Cintra da Silva	PMDB	1521
Marçal Filho	PMDB	1438
Geraldo Resende	PSDB	1384
Francisca Felisbela	PFL	1273
Ismael Araújo	PMDB	1086
Adenilson Azzola	PMN	1052
Alberto Alves	PMDB	1048
Eduardo Laier	PFL	1010
Luiz Machado	PMDB	882
João Derli	PDT	876
Larte Tetila	PT	871
Dioclecio Artuzi	PRN	859
Santos Soares de Lima	PMDB	841
Dorgival Ferreira	PMDB	838
José Cimatti	PFL	685
José Luiz	PRN	655

Fonte: TRE (Elaboração dos autores).

Gráfico 5: Divisão dos partidos políticos na 14ª Legislatura.

Fonte: TRE (Elaboração dos autores).

Gráfico 6: Bancada na Câmara na 14ª Legislatura

15ª LEGISLATURA (1997-2000)

Nesta legislatura o número de partidos representados diminuiu, em termos de quantidade e, como na anterior, o PSDB confirmou ascensão e se destaca no município, conseguindo a maior bancada municipal, substituindo o PMDB.

Vale também destacar a emergência do Partido dos Trabalhadores (PT), que consegue eleger a terceira maior bancada, refletindo no município o bom desempenho tanto do PSDB como do PT no âmbito nacional, a partir da disputa presidencial. Desta forma, três partidos (PV, PSDB e PT) obtiveram mais de 50% dos assentos, além de que PMDB e PFL ocupassem as demais cadeiras. Assim, as bancadas do Centro ocuparam 47,05%, da Direita cerca de 29,41% e da Esquerda com 23,52% dos assentos.

Tais elementos podem ser observados no quadro e gráficos abaixo:

Quadro 4: 15ª Legislatura (1997-2000): vereadores eleitos, partidos e votos.

Vereadores	Partido Político	Votos
João Batista do Santos	PT	861
Osmaldo Nunes	PTB	640
Carlos Roberto	PV	601
Adib Massad	PMDB	2839
Marçal Filho	PMDB	2516
Joaquim Soares	PFL	2240
Luiz Akira	PSDB	2204
Larte Tetila	PT	1905
Manoel Lima	PV	1717
Geraldo Resende	PSDB	1500
José Silvestre	PSDB	1468
Francisco Moreira	PFL	1444
Valdemar Soares	PSDB	1411
Antônio Carlos	PMDB	1245
Paulo Afonso	PMDB	1241
Raufi Antônio	PFL	1236
Dioclecio Artuzi	PFL	1224

Fonte: TRE (Elaboração dos autores).

Gráfico 7: Divisão dos partidos políticos na 15ª Legislatura

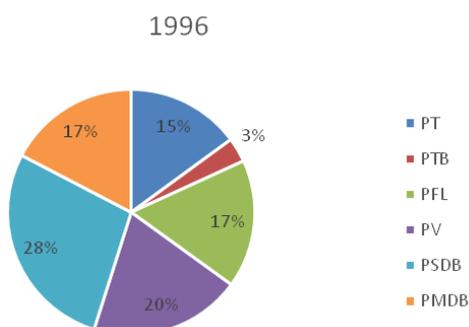
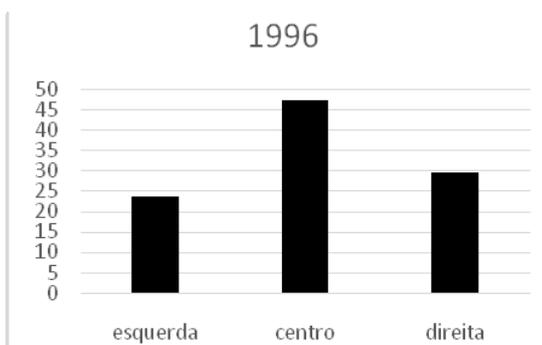


Gráfico 8: Bancada da Câmara na 15ª Legislatura



Fonte: TRE (Elaboração dos autores).

16ª LEGISLATURA (2001-2004)

Nesta legislatura, nove partidos garantem assentos na Casa (PPB, PPS, PMDB, PSDB, PDT, PSB, PV), sendo que a maior bancada foi do PPB, que atualmente é o Partido Progressista, e as duas seguintes foram PSDB e PMDB. Além disso, vale observar que a prefeitura foi ocupada por um petista (Laerte Tetilla), incidindo também na eleição de dois representantes para a câmara e refletindo, também, a ocupação do governo estadual pelo partido.

Desta forma, as bancadas ficam distribuídas da seguinte forma: Centro com 38,46%; Direita com 38,46% e a Esquerda com 23,07%. De todas as eleições após 1982, a 16ª legislatura foi a que mais equilibrou em termos de distribuição ideológica das bancadas.

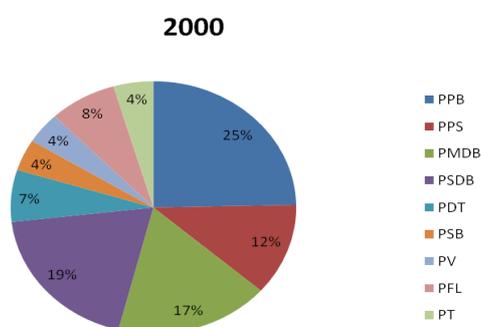
Tais elementos podem ser observados no quadro e gráficos abaixo:

Quadro 5: 16ª Legislatura (2001-2004): vereadores eleitos, partidos e votos

Vereadores	Partido Político	Votos
Francisca Felisbela	PPB	2040
Paulo Afonso	PPB	1985
Walter Ribeiro	PPS	1920
Wilson Biasoto	PT	1728
Ari Artuzi	PSDB	1594
Eduardo Marcondes	PMDB	1569
Luiz Akira	PSDB	1542
Huberto Teixeira	PMDB	1289
Sidlei Alves	PFL	1245
Domingos Alves	PDT	1084
Elias Ishy	PT	738
Nelson Gabiatti	PSB	657
Jorge Antônio	PV	653

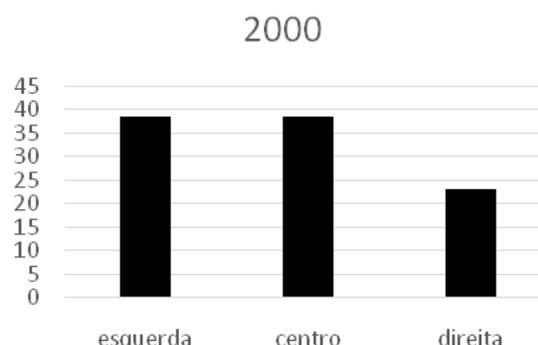
Fonte: TRE (Elaboração dos autores).

Gráfico 9: Divisão dos Partidos Políticos 16ª Legislatura



Fonte: TRE (Elaboração dos autores).

Gráfico 10: Bancada na Câmara na 16ª Legislatura



17ª LEGISLATURA (2005-2008)

Nesta legislatura, a câmara dos vereadores teve um número menor de partidos, embora mantendo a lógica multipartidária, em que se destacar quatro agremiações, tendo o PFL à frente e o PT, que tinha no poder do executivo um petista (Laerte Tetila), como as maiores forças. Desta forma, pela primeira vez pode-se destacar que a esquerda alcançou o predomínio no município, com a maior bancada, cerca de 50% dos assentos, seguida pela direita com 41,66%, enquanto o centro ficou com 8,33% das cadeiras.

Estes elementos podem ser observados no quadro e gráficos abaixo:

Quadro 6: 17ª Legislatura (2005-2008): vereadores eleitos, partidos e votos.

Vereadores	Partido Político	Votos
Sidlei Alves	PFL	1984
José Cimatti	PFL	2552
Jucemar Almeida	PDT	2084
Laudir Munaretto	PL	1858
Elias Ischy	PT	1784
José Silvestre	PT	1619
Paulo Henrique	PSC	952
Eduardo Marcondes	PMDB	1898
Margarida Gaigher	PT	1575
Tenente Pedro	PT	1557
Carlinhos Cantor	PL	1477
Edson Lima	PDT	1280

Fonte: TRE (Elaboração dos autores).

Gráfico 11: Divisão dos partidos políticos na 17ª Legislatura

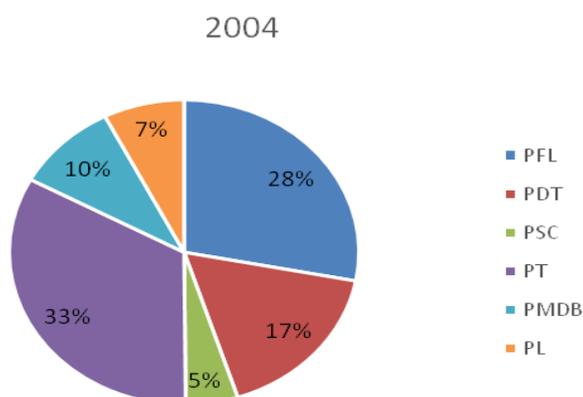
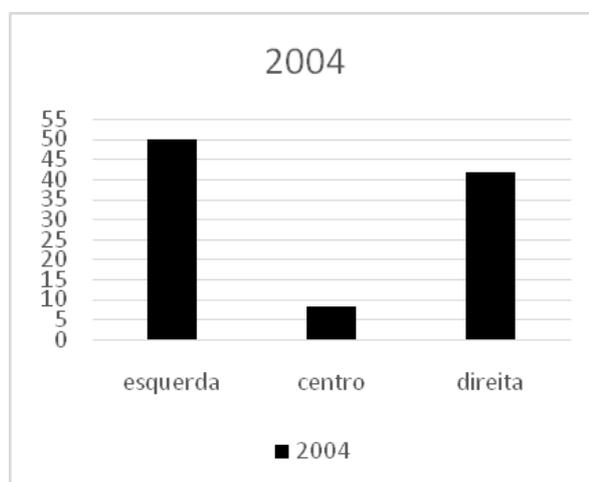


Gráfico 12: Bancada na Câmara na 17ª Legislatura



Fonte: TRE (Elaboração dos autores).

18ª LEGISLATURA (2009-2012)

Nesta legislatura, houve um maior equilíbrio entre partidos e as diversas bancadas, com destaque para o Democratas (sucessor do PFL), que atinge 36% das cadeiras, enquanto as demais cadeiras foram distribuídas entre cinco partidos políticos, como demonstra quadro abaixo. Além disso, pode-se destacar que, em termos do espectro ideológico, a direita que desde a última eleição vinha em ascensão alcança cerca de 50% das cadeiras, enquanto a esquerda decaiu e fica com cerca de 33,33% e o centro sofre a maior perda ficando com apenas 16,66%.

Isto pode ser observado no quadro e gráficos abaixo:

Quadro 7: 18ª Legislatura (2009-2012): vereadores eleitos, partidos e votos.

Vereadores	Partido Político	Votos
Sidlei Alves	DEM	3032
Marcelo Luis	DEM	2950
Claudio Hall	PR	2559
Aurélio Bonatto	PDT	2336
José Carlos	PSDB	2324
Julio Artuzi	PRB	1852
José Cimatti	PSB	1637
Dirceu Longhi	PT	1461
Délia Razuk	PMDB	3426
Paulo Henrique	DEM	2730
Gino	DEM	2604
Humberto Teixeira	PDT	2081

Fonte: TRE (Elaboração dos autores).

Gráfico 13: Divisão dos partidos políticos na 18ª Legislatura

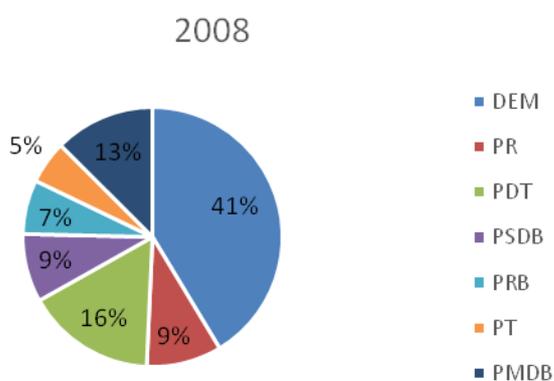
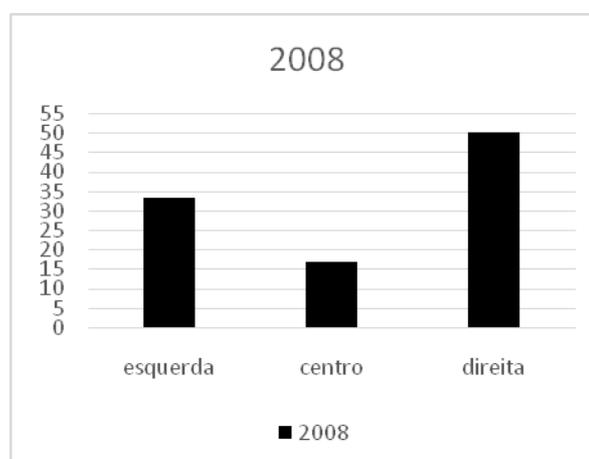


Gráfico 14: Bancada na Câmara na 18ª Legislatura



Fonte: TRE (Elaboração dos autores).

19ª LEGISLATURA (2013-2016)

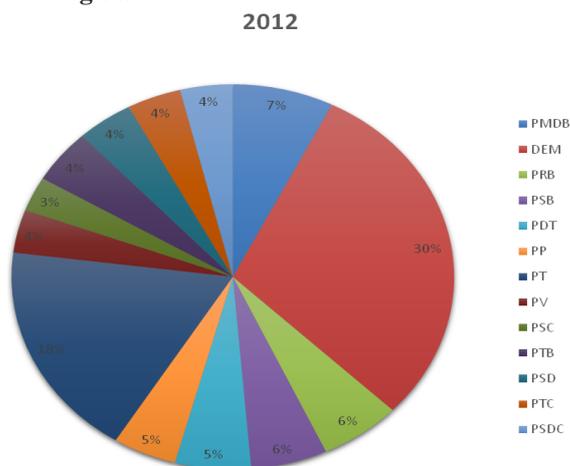
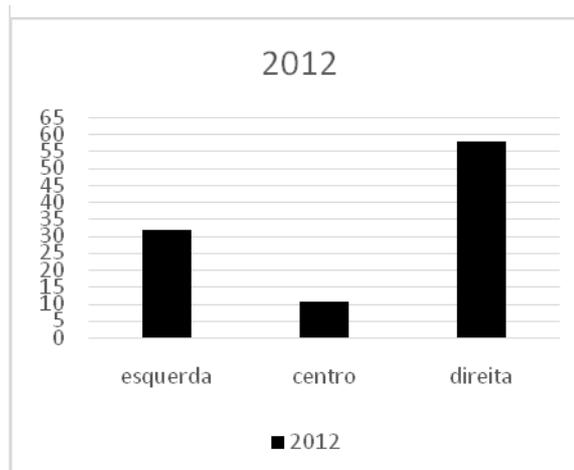
Neste período, houve uma maior fragmentação da representação política dos partidos, pois quatorze partidos obtiveram assentos, destacando-se como a legislatura com o maior número de partidos representados no legislativo municipal, em consonância com a fragmentação do sistema partidário brasileiro. Apesar disto, vale destacar o desempenho do Democratas que alcançou cerca 28% das cadeiras. Da mesma forma, repetindo o padrão apontado anteriormente, a direita mantém-se forte e conquista cerca de 57,89% das cadeiras na câmara, enquanto a esquerda alcança cerca 31,57% e centro retrocede para 10,52%.

Estes elementos podem ser observados no quadro e gráficos abaixo:

Quadro 8: 19ª Legislatura (2013 -2016): vereadores eleitos, partidos e votos

Vereadores	Partido Político	Voto
Délia Razuk	PMDB	2734
Sérgio Nogueira	PSB	3487
Idenor Machado	DEM	2457
Alan Guedes	DEM	2405
Juarez de Oliveira	PRB	2187
Aparecido Medeiros	DEM	2108
Maurício Lemes	PSB	2064
Alberto Alves	PDT	2052
Madson Roberto	DEM	2031
Pedro Alves	DEM	1970
Elias Ishy	PT	1907
Virginia Marta	PP	1720
Dirceu Longhi	PT	1689
Raphael Matos	PTB	1671
Marcelo Mourão	PSD	1526
Cirilo Ramão	PTC	1461
Aguilera de Souza	PSDC	1419
Alcirio Zanata	PV	1337
Nelson Soares	PSC	1068

Fonte: TRE (Elaboração dos autores).

Gráfico 15: Divisão dos partidos políticos na 19ª Legislatura**Gráfico 16: Bancada na Câmara na 19ª Legislatura**

Fonte: TRE (Elaboração dos autores).

20ª LEGISLATURA (2017-2020)

Nesta legislatura, há a representação política de nove partidos, mantendo-se a alta fragmentação do período anterior. De toda forma, destacam-se as bancadas do Democratas, do PSDB e do PMDB com a maioria dos assentos. No que se refere ao espectro ideológico, a direita alcançou cerca de 52,63%, enquanto o centro aumentou sua presença para 36,84% e a esquerda, repetindo o padrão nacional, diminuiu para cerca de 10,52% das cadeiras.

Sendo assim, a representação política desenvolver-se da seguinte forma:

Quadro 10: 20ª Legislatura (2017-2020): vereadores eleitos, partidos e votos

Vereadores	Partido Político	Votos
Marçal Filho	PSDB	4065
Elias Ischy	PT	3088
Alcirio Zanata	PPS	2904
Alan Guedes	DEM	2897
Madson Roberto	DEM	2330
Jânio Miguel	PR	2319
Pedro Alves	DEM	2305
Aparecido Medeiros	DEM	2278
Antônio Braz	PSC	2107
Sérgio Nogueira	PSDB	2052
Idenor Machado	PSDB	2042
Juarez de Oliveira	PMDB	1944
Carlito Heleno	PEN	1530
Alberto Alves	PR	1427

Rodrigo Junior	PR	1353
Romualdo Rodrigues	PDT	1298
Cirilo Ramão	PMDB	1239
Daniela Hall	PSD	1178
Olavo Santos	PEN	1058

Fonte: TRE (Elaboração dos autores).

Gráfico 17: Divisão dos partidos políticos na 20ª Legislatura

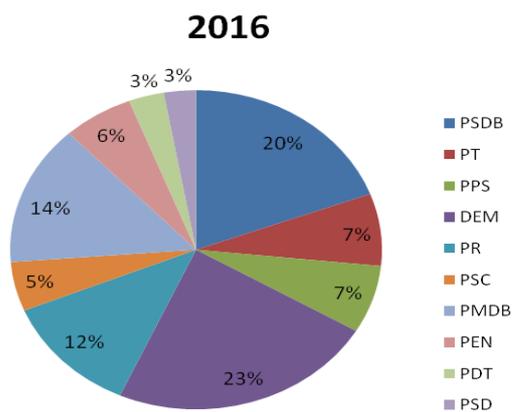
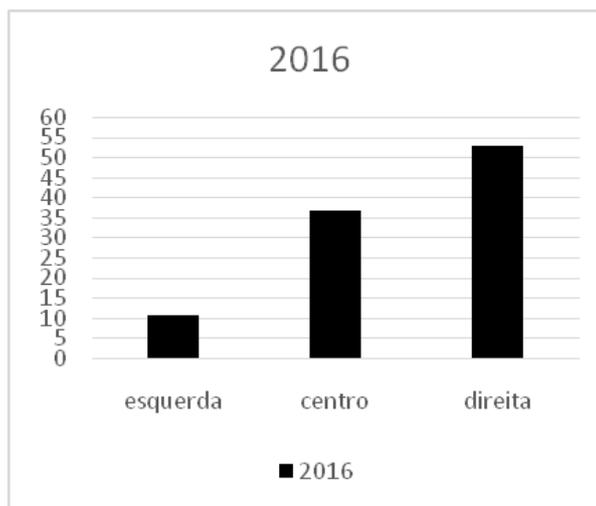


Gráfico 18: Bancada na Câmara na 20ª Legislatura

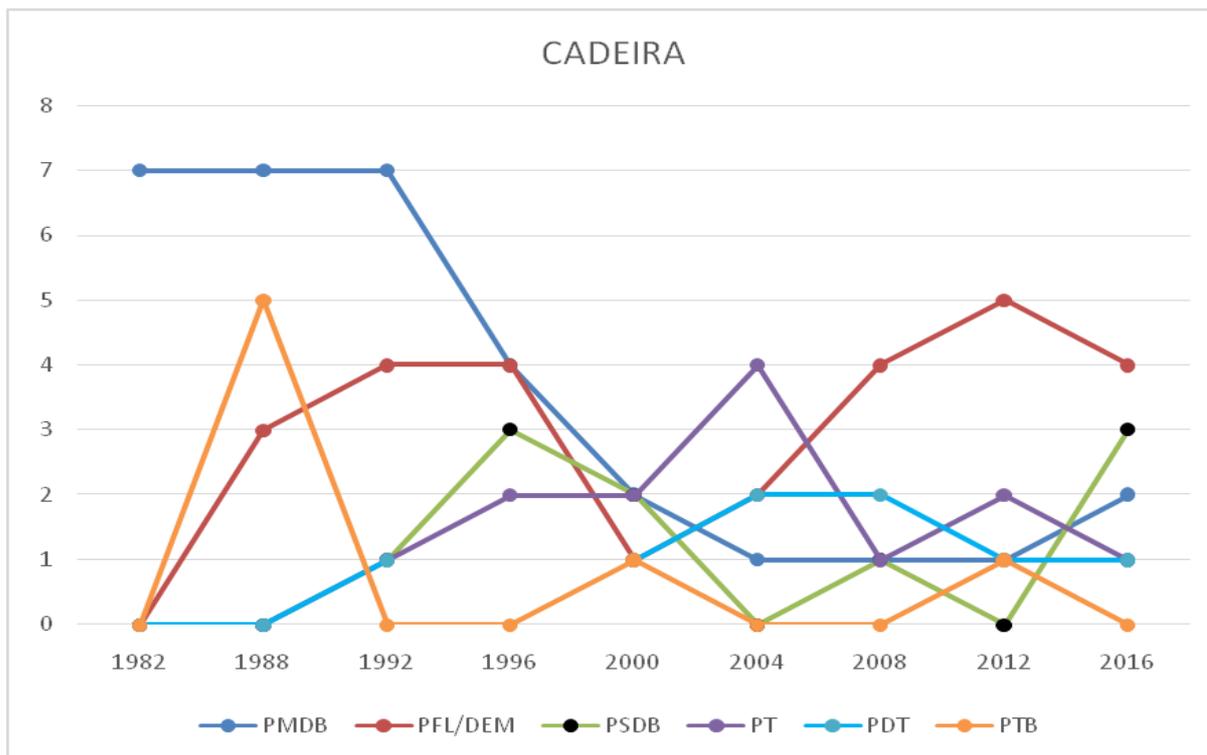


Fonte: TRE (Elaboração dos autores).

A partir disto, pode-se observar o desempenho eleitoral dos principais partidos políticos, coincidindo com as análises de Mello (2010; 2022) e Fleischer (2007), embora se torne evidente o processo de fragmentação político-partidária que tem se acentuado nos últimos anos em todo o país e sua presença no legislativo municipal da seguinte forma:

	1982	1988	1992	1996	2000	2004	2008	2012	2016
PMDB	7	7	7	4	2	1	1	1	2
PFL/D									
EM	0	3	4	4	1	2	4	5	4
PSDB	0	0	1	3	2	0	1	0	3
PT	0	0	1	2	2	4	1	2	1
PDT	0	0	1		1	2	2	1	1
PTB	0	5	0	0	1	0	0	1	0

O desempenho de tais partidos, ao longo do período analisado, pode ser observado no seguinte gráfico:



Como pode ser percebido no quadro e gráfico acima, a análise da Câmara dos Vereadores de Dourados destaca-se pelo desempenho eleitoral, em diversos momentos, de 6 partidos políticos que são o PMDB, PFL/DEM, PSDB, PT, PDT e o PTB, embora outros partidos políticos tenham alcançado, ainda que de forma incipiente, cadeiras no legislativo municipal. Além disto, pode-se perceber que, no início existe um forte protagonismo de dois partidos (PMDB e PFL, depois DEM), com destaque para o primeiro, que apesar de uma queda significativa, ainda é um partido expressivo eleitoralmente no município.

Outro elemento que pode ser destacado refere-se ao processo de substituição de uma lógica bipartidária, herança da ditadura militar, para um processo, cada vez mais evidente, de multipartidarismo e até de relativa fragmentação da câmara analisada. Do mesmo modo, tal processo, acentuado pelas diversas ondas da crise política brasileira, parece indicar a emergência de novos partidos e o predomínio de partidos do centro, principalmente, e, em menor medida, da direita brasileira, enquanto a esquerda parece se retrair e necessita de um processo de renovação, com a emergência de novas lideranças e projetos para recuperar sua presença e força, tanto no âmbito local como nacional.

Desta forma, a análise da representação político-partidária da Câmara de Vereadores de Dourados parece nos refletir, ainda que localmente, a dinâmica política e partidária brasileira e o atual processo de reconfiguração do sistema partidário forjado em décadas anteriores.

Considerações finais

Este trabalho procura analisar a representação política na Câmara Municipal de Dourados (MS), a partir dos resultados eleitorais entre 1982 e 2016, discutindo o desempenho dos partidos políticos, a constituição das bancadas partidárias e a composição ideológica do legislativo local.

Para tanto, procuramos discutir a importância do poder legislativo local na política brasileira, apresentando o debate sua relevância (ou não) para o sistema político brasileiro e, principalmente, seu papel de exercício de poder e dominação das elites locais, sua relação com o personalismo e o clientelismo na política e, finalmente, como propulsor local de carreiras políticas com objetivos estaduais e nacionais.

Em seguida, apresentamos e analisamos os resultados eleitorais e a composição do poder legislativo em Dourados, numa série histórica que nos revela alguns elementos importantes da política local que convergem com os estudos sobre o sistema partidário brasileiro e sua atual reconfiguração.

Neste sentido, podemos apontar que o legislativo municipal é um espaço de exercício de dominação das elites locais e também lócus em que boa parte da classe política douradense inicia sua trajetória política, além de nos revelar as limitações para a implementação de políticas públicas.

Além disso, como ocorre em todo país é possível verificar que tal espaço é dominado por lideranças reconhecidas no cenário local, que tende a se manter no cargo caso não tenham sucesso em candidaturas para outros cargos públicos mais relevantes e também se constitui num espaço para a compreensão do sistema partidário, refletindo o desempenho partidário nacional ou estadual, em que o controle do executivo parece contribuir, de forma decisiva, para o desempenho dos partidos nas eleições locais como demonstra o desempenho dos partidos mencionados neste trabalho.

De todo modo, percebe-se que as Câmaras Municipais são espaços que ainda carecem de uma maior institucionalidade, justamente para contrapor o clientelismo e o continuísmo, além de superar a perspectiva de que o exercício do cargo de vereador se assemelha ao desenvolvimento de um processo assistencialista aos eleitores que não possuem acesso às políticas públicas ou ao poder executivo local.

Sendo assim, o que constatamos é que a Câmara analisada parece reproduzir tais elementos e que lideranças reconhecidas da cidade se perpetuaram no poder durante várias

legislaturas, ressaltando o caráter personalista da atividade política, e, principalmente, que os partidos médios, mencionados no trabalho, tiveram um desempenho que, embora variando ao longo das diversas eleições, indica o predomínio de algumas agremiações, principalmente do Centro, e a emergência de um processo de fragmentação político-partidária no período mais recente.

Referências

ARRUDA, Larissa R. V. A dinâmica das elites políticas: um panorama da competição no Mato Grosso Uno (1889-1977). In: MIRANDA, D.; SILVA, M. A.; MIRANDA, V.G. **Os (des) caminhos da política no Mato Grosso do Sul: tradição, continuidades e rupturas**. Campo Grande: UFMS, 2019.

AVELAR e CINTRA, L. e A. **Sistema Político Brasileiro: uma introdução** (2 ed.). São Paulo: UNESP, 2007.

ÁVILA, Ana Paula de Oliveira. **O princípio da impessoalidade da Administração Pública: para uma administração imparcial**. Rio de Janeiro: Renovar, 2004.

AVRITZER, Leonardo. **Experiência democrática, sistema político e participação popular**. São Paulo: Editora FPA, 2013.

BARCELLOS, Ana Paula de. Sanitation rights, public law litigation and inequality: a case study from Brazil. **Health and Human Rights**, v. 16, n. 2, p. 35-46, 2014.

BARRETO, A. Reeleição parlamentar: reflexões metodológicas e análise do caso da Câmara de Vereadores de Pelotas (1976-2004). **Revista Opinião Pública**, vol. 14, n. 1, p. 123-148, 2008.

BITTAR, M. **Mato Grosso do Sul: a construção de um estado** (2 volumes). Campo Grande: Ed. UFMS, 2009.

BOSCHI, Renato. Descentralização, clientelismo e capital social na governança urbana: comparando Belo Horizonte e Salvador. **DADOS- Revista de Ciências Sociais**, v. 42, n. 4, p. 655-690, 1999.

BRAGA, Maria do S. O processo partidário-eleitoral brasileiro: padrões de competição política 1982- 2002. São Paulo: **Humanitas/FAPESP**, 2006.

CORRÊA, V. B. **Coronéis e bandidos em Mato Grosso**. Campo Grande: Ed. UFMS, 1995.

D'AVILA FILHO, P. M. **Democracia, clientelismo e cidadania: a experiência do orçamento participativo no modelo de gestão pública da cidade de Porto Alegre**. Rio de Janeiro, Tese de Doutorado, IUPERJ, 2000.

DAGNINO, Evelina (org.). **Anos 90: política e sociedade no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

DAMATTA, R. 1987. Cidadania: a questão da cidadania num universo relacional. In: DAMATTA, R. **A casa e a rua**. Rio de Janeiro: Guanabara.

- DUVERGER, Maurice. **Os partidos políticos**. Rio de Janeiro/Brasília: Zahar/UnB, 1980.
- FLEISCHER, D. **As eleições municipais no Brasil: uma análise comparativa (1982-2000)**. Revista Opinião Pública, Campinas, v.8, n. 1, 2002.
- FLEISCHER, D. Os partidos políticos. In: AVELAR, L.; CINTRA, A, O. (orgs.). **Sistema Político Brasileiro: uma introdução**. São Paulo: Editora UNESP, 2007.
- GRIN, E. J. Notas sobre a construção do conceito de capacidades estatais. **Revista Teoria & Sociedade**, v. 20, n. 1, p. 148-176, 2012.
- GURZA LAVALLE, A. et al. Representação política e organizações civis: novas instâncias de mediação e desafios da legitimidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais (RBCS)**, vol. 21, n. 60, p. 42-66, 2006.
- HOYLER, T.; GELAPE, L. & SILOTTO, G. A construção de vínculos político-territoriais na cidade: evidências de São Paulo. **Revista Opinião Pública**, Unicamp, vol. 27, n. 2, p. 549-584, 2021.
- KATZ, R. As habilitações de um administrador eficiente. São Paulo: **Nova Cultural**, v. 1, p. 57-92, 1986.
- KERBAUY, M. T. M. As câmaras municipais brasileiras: perfil de carreira e percepção sobre o processo decisório local. **Revista Opinião Pública**, Unicamp, vol. 11, n. 2, p. 337-365, 2005.
- KUSCHNIR, Karina. **Política e mediação cultural: um estudo da Câmara Municipal do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro. Dissertação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1993.
- KUSCHNIR, Karina. Em troca do mandato: a relação entre vereadores e seus eleitores. **Comunicações PPGAS**, Rio de Janeiro, n. 5, p. 61-84, 1995.
- KUSCHNIR, Karina. **Política e sociabilidade: um estudo de Antropologia Social**. Rio de Janeiro. Tese, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1998.
- LAMOUNIER, Bolivar & MENEGUELLO, Rachel. **Partidos políticos e consolidação democrática: o caso brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- LEONI, Eduardo; PEREIRA, Carlos; RENNÓ, Lucio. Estratégias para sobreviver politicamente: escolhas de carreiras na Câmara de Deputados do Brasil. **Revista Opinião Pública**, Campinas, v. 9, n. 1, 2003, p. 44-67, 2003.
- LOPEZ, Felix G. A política cotidiana dos vereadores e as relações entre executivo e legislativo em âmbito municipal: o caso do município de Araruama. **Revista de Sociologia e Política**, UFPR, n. 22, 2004.
- LOPEZ, Felix; ALMEIDA, Acir. Legisladores, captadores e assistencialistas: a representação política no nível local. **Revista de Sociologia e Política**, UFPR, vol. 25, n. 62, 2017.
- MAINWARING, Scott P. **Sistemas partidários em novas democracias: o caso Brasil**. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Mercado Aberto/FGV, 2001.
- MARTINS, Carlos B. **Horizontes das Ciências Sociais no Brasil: Ciência Política**. São Paulo: ANPOCS, 2010.
- MANCUSO, Wagner P. et al. Determinantes dos padrões de carreira política dos deputados

federais paulistas entre as legislaturas 49^a (1991-1995) e 53^a (2007-2011). **Revista Opinião Pública**, Campinas, v. 19, n. 2, p. 430-448, 2013.

MELO, C. R. F. Eleições presidenciais, jogos aninhados e sistema partidário no Brasil. Brasília: **Revista Brasileira de Ciência Política**, n^o 4, p. 13-41, julho-dezembro de 2010.

MELO, Carlos Ranulfo. Nau sem rumo? O sistema partidário brasileiro pós-democratização. **Revista USP**, São Paulo, Brasil, n. 134, p. 75–90, 2022.

MENEGUELLO, POWER & MAINWARING; Rachel, Timothy e Scott. **Partidos conservadores no Brasil contemporâneo**: quais são, o que defendem, quais são suas bases. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

MIRANDA, D.; SILVA, M. A.; MIRANDA, V.G. **Os (des) caminhos da política no Mato Grosso do Sul: tradição, continuidades e rupturas**. Campo Grande: UFMS, 2019.

NICOLAU, J. M. **Multipartidarismo e democracia**: Um estudo sobre o sistema Partidário Brasileiro (1985-94). Rio de Janeiro: FGV Editora, 1996.

NICOLAU, J. M. A história do voto no Brasil, Rio de Janeiro: ZAHAR, 2002.

RIBEIRO, P.F.; LOCATELLI, L.G. & ASSIS, P. Acompanhamento meu partido: organização partidária e comportamento legislativo no Brasil. **Revista Dados**, vol. 64, n. 4, p. 1-37, 2022.

RODRIGUES, L. M. **Partidos, ideologias e composição social: um estudo das bancadas partidárias na Câmara dos Deputados**. São Paulo: EDUSP, 2002.

ROCHA, Marta M.; D'AVILA FILHO, P. M. Política local e câmaras municipais: considerações acerca da representação política no nível local. **Revista de Sociologia e Política**, UFPR, vol. 32, p. 1-18, 2024.

SANTOS, F. (org). **O poder legislativo nos Estados: diversidade e convergência**. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

SILVA. M.A. da. **A Dinâmica Eleitoral em Mato Grosso do Sul (1978-2018)**: eleições, partidos e governos. Curitiba: CRV, 2019.

SINGER, A. **A esquerda e a Direita no eleitorado brasileiro**: a identificação ideológica nas disputas presidências de 1989 e 1994. São Paulo: Edusp, 2000.

TAKAYANAGI, F. Y. A democracia representativa no Brasil. **Revista da Faculdade de Direito** da USP, vol. 102, p. 1095-1122, 2007. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/67787> (Acesso em: 08 set. 2020).

WHITAKER, C. **O que é vereador?** São Paulo: Brasiliense, 1992.